

JULGADOS EM PAUTA

NOTICIÁRIO SEMANAL DO TJRJ

SEMANA DE 12 A 18 DE FEVEREIRO DE 2026

Justiça reconhece multiparentalidade e mantém registro civil de criança com dois pais

A Décima Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio reformou uma sentença de primeira instância para reconhecer a multiparentalidade de um menor, com inclusão dos nomes do pai socioafetivo e do pai biológico no registro civil da

criança, sendo determinada ainda a averbação dos nomes dos avós biológicos no registro civil, com o objetivo de garantir o reconhecimento dos vínculos afetivos e biológicos, para preservar os interesses do menor.

[Leia na íntegra](#)



Vítima de segregação da política sanitária de contenção da hanseníase receberá pensão do Estado

A Segunda Turma Recursal Fazendária determinou que o Estado do Rio de Janeiro pague pensão a uma mulher, vítima de segregação parental decorrente da política sanitária de contenção da hanseníase. A decisão teve base em lei estadual que diz respeito

aos filhos das pessoas atingidas pela hanseníase e que foram afastadas compulsoriamente do convívio com os pais em decorrência da política de contenção sanitária vigente até 31 de dezembro de 1986.

[Leia na íntegra](#)

Uber terá que pagar pensão provisória a vítima de acidente causado por motorista parceiro

“A plataforma digital de transporte responde objetiva e solidariamente por danos causados por motorista parceiro”. O entendimento é da Quarta Câmara de Direito Privado, que determinou a concessão de pensão mensal provisória a um motociclista vítima de acidente causado por motorista parceiro da Uber do Brasil, reconhecendo a responsabilidade solidária da empresa.

Com a determinação, o colegiado reformou decisão de primeiro grau que havia negado a tutela de urgência em uma ação em que a vítima pede indenização pelo atropelamento que a deixou impossibilitada de trabalhar. O colegiado entendeu que a plataforma integra

[Leia na íntegra](#)



TJRJ garante a candidato de concurso público o direito de prosseguir nas etapas seguintes

A Quarta Câmara de Direito Público afastou a aplicação de cláusulas de barreira inseridas posteriormente em concurso para Auditor Fiscal da Receita Estadual, garantindo ao candidato o direito de prosseguir nas etapas seguintes.

alteração introduzida às vésperas das provas, que passou a eliminar candidatos aprovados fora do número de vagas. O impetrante já havia sido aprovado nas provas objetiva e discursiva do concurso público.

A decisão foi proferida em mandado de segurança preventivo contra

[Leia na íntegra](#)

Tribunal assegura mediador escolar para aluno com transtorno afetivo bipolar, TDAH e dislexia

A Sexta Câmara de Direito Público manteve integralmente decisão liminar que determina o fornecimento imediato de mediador escolar a aluno portador de Transtorno Afetivo Bipolar com Hipomania, Dislexia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Com a manutenção da decisão, o colegiado

assegura apoio educacional especializado ao adolescente que tem impulsos agressivos, oscilações de humor e comportamentos negativos. O quadro repercute sensivelmente em sua capacidade de concentração, regulação comportamental e desempenho escolar.

[Leia na íntegra](#)



Instituição financeira que descumpriu ordem de bloqueio deverá indenizar consumidor

A Quinta Câmara de Direito Privado determinou que o Banco do Brasil pague indenização por danos materiais e morais a um homem, em razão do saque indevido de valores vinculados a precatório após ordem judicial de blo-

queio. A decisão unânime dos desembargadores reformou integralmente a sentença de primeiro grau que havia negado os pedidos do consumidor.

[Leia na íntegra](#)



Aviso ao leitor

Em razão do feriado de Carnaval, o *Julgados em Pauta* não será distribuído na próxima semana, voltando a circular no dia 26 de fevereiro.

Sugestões de pauta e solicitações de cadastramento do público externo para recebimento do boletim devem ser enviadas pelo e-mail:

sgcon.asinc@tjrj.jus.br

Boletim publicado por:



Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento SGCON

Assessoria de Integração do Conhecimento ASINC

Serviço de Difusão de Jurisprudência e Legislação SEDIF



PORTAL DO CONHECIMENTO